

# Moral e economia — *Brasil*

VICENTE BARRETTO



## O FUNCIONAMENTO DO MERCADO SUPÕE A EXISTÊNCIA DE UM SISTEMA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS

Os altos índices atingidos pela inflação no Brasil provocaram nos últimos tempos uma reavaliação desse fato econômico. Verificou-se que a inflação não encontrava sua explicação última nas fórmulas desenvolvidas pelos economistas. Percebeu-se que por detrás de todo fenômeno inflacionário achava-se uma crise cultural, provocada, principalmente, por uma crise moral.

Por essa razão, a análise conseqüente do processo inflacionário saiu do ambiente restrito dos economistas e ganhou espaço no debate público. A inflação deixou de ser considerada somente a expressão de um desequilíbrio econômico e passou a ser encarada como um problema moral. As recentes revelações sobre a corrupção no Brasil comprovaram como a imoralidade pública tinha relação direta com a crise da economia nacional.

A constatação de que os fenômenos econômicos tinham raízes morais fez com que filósofos, economistas e cientistas sociais buscassem estabelecer o nexo entre a natureza do homem e a atividade econômica. Neste sentido é que surgiu o conceito de economia social de mercado como sendo aquela que melhor assegurava nas relações de produção e na distribuição das riquezas a dimensão moral do ser humano. Entre os economistas que refletem sobre essa questão destaca-se o professor Wolfgang Reeder, que faz a pergunta básica: sendo a mola mestra da economia de mercado o interesse próprio, como encontrar um comportamento moral responsável nesse sistema?

O primeiro argumento que justifica as leis do mercado é o de que elas são movidas pelo interesse próprio, vale dizer, a defesa por cada indivíduo de seus próprios interesses. A dúvida face a essa característica da economia de mercado reside na identifica-

ção ou não da defesa dos interesses próprios com o egoísmo.

O problema com que se deparam empresários e trabalhadores na organização de um sistema econômico justo e, portanto, moral, tem a ver com a busca do equilíbrio entre o interesse individual e o social. Uma economia baseada, exclusivamente, na idéia de que os outros são mais importantes do que nós mesmos teria que ser fundamentada em outra idéia, mais radical, ainda, a de que os outros cuidassem de nós.

O argumento contrário será o de que é mais lógico e racional para os indivíduos, e para a sociedade como um todo, que cada um cuide de si mesmo. Isto acontece por dois motivos, um de natureza psicológica e outro propriamente moral. O motivo de natureza psicológica explica-se pela própria natureza do homem: a pessoa individual, e mais ninguém, conhece quais as suas necessidades e desejos. A questão moral consiste na superação da tese de que, como pretendem todas as formas de paternalismo

e assistencialismo, pensar e agir pelos outros é a fórmula de ouro para a realização de uma sociedade justa.

Os exemplos históricos dos totalitarismos deste século mostram com números abundantes que o fracasso econômico e social desses sistemas deveu-se, principalmente, à substituição das escolhas individuais por pretensas escolhas coletivas, todas elas justificadas no atendimento ao próximo. Na verdade, essas políticas públicas terminaram por não satisfazer as necessidades individuais e, através do fracasso de suas economias, estabeleceram o caldo de cultura onde vingou a imoralidade pública. As revelações sobre a natureza do sistema econômico soviético apontam essas duas faces de uma economia que ignorou os motivos psicológicos e morais da atividade econômica.

A profunda vinculação da atividade econômica com a moral foi muito bem percebida por autores de diferentes matizes ideológicos. Não podemos nos esquecer que o fundador da economia po-

lítica moderna, Adam Smith, foi um filósofo moral; no extremo oposto, o móvel da crítica de Marx ao sistema capitalista tinha, também, um fundo moral. Foi somente no século XX, quando a economia caiu prisioneira de uma mentalidade cientificista e positivista que os motivos morais da atividade econômica foram relegados a segundo plano.

O tema básico da construção de uma ordem econômica social de mercado deita suas raízes não no egoísmo, mas no conceito da responsabilidade própria. Isto significa que a responsabilidade própria supõe relações enraizadas no respeito à pessoa humana do outro, o que condena irremediavelmente as formas do chamado capitalismo selvagem. O funcionamento do mercado supõe, igualmente, a existência de um sistema de benefícios sociais.

O patrão, ao dispensar um funcionário, necessita confiar no funcionamento da Previdência Social e do mercado de trabalho. Assim, introduz-se uma dimensão moral nas relações econômicas. Cabe ao Estado, portanto, não o papel de assegurar uma igualdade utópica, mas sim o de amparar o mais fraco e punir o mais forte, quando a relação de equilíbrio e de responsabilidade é rompida. Neste sentido é que o papel do Estado tem a ver não com a moral dos indivíduos mas sim com o respeito à lei. A lei procurando garantir o equilíbrio nas relações econômicas irá, então, realizar o *dictum* de Fichte: "Cada um tem direito apenas à legalidade do outro, nunca à sua moralidade."

### O AUTOR

Vicente Barretto  
é professor das  
universidades  
Gama Filho e Estado  
do Rio de Janeiro

